



ENANCIB 2022

PORTO ALEGRE | UFRGS | PPGCIN

XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação • ENANCIB
Porto Alegre • 07 a 11 de novembro de 2022

XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXII ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT-10 – Informação e Memória

LUGARES DE MEMÓRIA POLÍTICA COMO DISPOSITIVOS DE INFORMAÇÃO

POLITICAL MEMORY PLACES AS INFORMATION DEVICES

Caio Vargas Jatene. USP.

Nair Yumiko Kobashi. USP.

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: A discussão sobre o conceito de Lugares de Memória dentro da Ciência da Informação é de extrema importância para estabelecer critérios de identificação, seleção, classificação e catalogação. Sendo assim, o objetivo do presente trabalho é discutir o contexto em que os lugares de memória das ditaduras civis-militares latino-americanas se tornam dispositivos de informação. Para isto foi realizada a revisão bibliográfica, em específico as abordagens sobre a relação entre Informação e Memória, bem como o conceito de Lugares de Memória propostos pela História e a Filosofia. Espera-se que os resultados obtidos contribuam para aprofundar as discussões teóricas e metodológicas sobre a construção de dispositivos de memória política.

Palavras-Chave: Lugares de Memória. Ditaduras civis-militares latino-americanas. Dispositivos de informação e memória.

Abstract: The discussion on the concept of Places of Memory within Information Science is extremely important to establish criteria for identification, selection, classification and cataloging. Therefore, the objective of the present work is to discuss the context in which the places of memory of Latin American civil-military dictatorships become information devices. For this, a bibliographic review was carried out, in particular the approaches on the relationship between Information and Memory, as well as the concept of Places of Memory proposed by History and Philosophy. It is hoped that the results obtained will contribute to deepen the theoretical and methodological discussions on the construction of political memory devices.

Keywords: Places of Memory. Civil-Military Dictatorships. Information and Memory Devices.



1 INTRODUÇÃO

Os países latino-americanos, emergidos dos contextos de violência política, pós-ditaduras civis-militares, debatem, de forma permanente, as complexas operações de construção e reconstrução da memória, com o objetivo de superar as fissuras presentes no tecido social (NAPOLITANO, 2015). Muito embora cada país latino-americanos tenha adotado uma agenda própria para lidar com o passado traumático e a construção da memória coletiva, apresentam os mesmos dilemas sobre como historicizar criticamente a memória das ditaduras de maneira oficial e institucionalizada (NAPOLITANO, 2015).

As políticas públicas de construção crítica da memória coletiva ganharam maior intensidade no período compreendido entre a segunda metade da década de 1990 e primeira década do século XXI, com o estabelecimento de instituições de memória multifacetadas (WINN, 2014), que desempenham variadas ações de ensino, pesquisa e difusão de informações.

Nesse contexto, a Ciência da Informação (CI), pode contribuir para traduzir o conhecimento sobre os lugares de memória política em informação acessível e significativa para os diferentes segmentos da sociedade. Por meio de ações de informação (WERSIG, 1993), é possível criar ferramentas para reunir conhecimentos que se encontram dispersos e propor um princípio de ordem ao conjunto, a fim de democratizar o acesso (KOBASHI, 2006).

O objetivo do presente trabalho é discutir os lugares de memória das ditaduras civis-militares latino-americanas, no contexto da Ciência da Informação (CI), tomando como pressuposto norteador a aproximação entre os conceitos de memória e informação, a fim de integrá-los aos dispositivos de memória e informação, que serão abordados a seguir.

2 LUGARES DE MEMÓRIA POLÍTICA

A discussão conceitual sobre lugares de memória dentro da CI (THIESEN, 2014; HOFFMAN; FROTA, 2019), bem como a sua aplicação ao contexto específico pós-ditaduras na América Latina, é importante para estabelecer critérios de identificação, seleção, classificação e catalogação. A definição de lugares de memória, cunhada e desenvolvida pelo historiador francês Pierre Nora (1993), na coletânea *“Les lieux de mémoire”*, não encerrou a discussão sobre o conceito. Seu significado vem sendo aprofundado por diversos teóricos, de diferentes



áreas, em diferentes cenários. No entanto, é pouco debatido na América Latina, no contexto histórico da memória traumática pós-ditaduras (ALLIER-MONTAÑO, 2008).

Os lugares de memória, “onde a memória se cristaliza e se refugia” (NORA, 1993, p. 7), a partir da intencionalidade de determinado grupo em admitir um vestígio material da memória coletiva, são construções resultantes do jogo entre a memória e a história. As iniciativas de reconhecimento público e oficial desses lugares se multiplicam como fruto das lutas sociais de confronto dos testemunhos e conteúdos narrativos ligados a determinado local (JELIN, 2002).

A coletividade reconhece um lugar como digno de lembrança, nele depositando inscrições de sentido. Nas palavras de Nora: “o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações.” (1993, p. 27). Por isso, Paul Ricoeur os denomina como “lugares socialmente marcados” (2018, p. 131). São guardiões da memória coletiva, lugares notáveis e, por excelência, memoráveis (RICOEUR, 2018).

Segundo a definição do historiador francês, nos lugares de memória coexistem três aspectos, simultaneamente: o material, o simbólico e o funcional (NORA, 1993). O primeiro elemento, o material, transforma os lugares em realidades manejáveis, palpáveis (RICOEUR, 2018). O segundo aspecto, o simbólico, é obra do imaginário coletivo, que “garante a cristalização das lembranças e sua transmissão” (RICOEUR, 2018, p. 416). O terceiro aspecto, o funcional, diz respeito ao ritual que, “no entanto, a história tende a destituir, como se vê com os acontecimentos fundadores ou com os acontecimentos espetáculo” (RICOEUR, 2018, p. 416). Thiesen et al., (2017), por sua vez, retomam Nora (1993) e afirmam:

Por definição, os lugares de memória são constituídos de uma dimensão material, simbólica e funcional. Os limites da categoria se enquadram em lugares rituais e que são revestidos de aura simbólica e constituídos por uma vontade de memória que tem o papel de bloquear o esquecimento. Os lugares de memória partem do pressuposto que a memória está “externalizada” e “artificializada”, produto do próprio desaparecimento do seu ambiente gerador e ritual (*milieu de mémoire*) que envolvia os indivíduos (THIESEN *et al.*, 2017, p. 368).



Assim que o trabalho de Nora se tornou conhecido, foi levantada a questão sobre a aplicabilidade do conceito fora do contexto francês. Diante de tal questionamento, foram colocadas algumas ressalvas, como por exemplo, quanto à tradução e à transposição do conceito para outras realidades, em virtude do momento histórico específico de aparição (ALLIER-MONTAÑO, 2008).

Com relação às divergências sobre a aplicação do conceito no contexto de memória traumática das ditaduras civis-militares na América Latina, Allier-Montaño (2008) é um dos autores que defende a possibilidade de importação do conceito para esse contexto de memória traumática específico, devido à sua plasticidade e sob a justificativa de que não se trata de um conceito acabado, que deve, portanto, ser discutido e aperfeiçoado. Por outro lado, a pesquisadora Ludmila Catela (2001) critica a concepção de Nora. Nesse âmbito, Catela (2001) acredita que tal conceituação, por ser restrita ao contexto celebrativo europeu e não abarcar o passado traumático de outras regiões, é estática, unitária e substantiva, não confere espaço às memórias marginais, subversivas, subterrâneas. A autora prefere definir esses marcos memorialísticos como territórios de memória, porque dão maior fluidez ao conceito e enfatizam, sobretudo, o aspecto da disputa pela memória no espaço geográfico (CATELA, 2001).

De fato, no contexto pós-ditaduras civis-militares latino-americanas, em que as disputas pela memória são latentes, esses lugares reúnem outros aspectos. Diante dos esquecimentos e dos negacionismos amplamente difundidos, as instituições de memória desempenham atividades pedagógicas, culturais, sociais, de pesquisa, de conscientização e de difusão de conhecimentos. São responsáveis por custodiar documentos e produzir outros, bem como por construir acervos de relatos orais, entre outras diversas operações de construção, resignificação e difusão da memória. São verdadeiros laboratórios da memória coletiva.

Para Latour (2000), os laboratórios desenvolvem um processo de pesagem e medição da informação, onde as matérias se tornam signos. Segundo Knorr-Cetina (1999), os laboratórios processam ordens naturais e sociais, criando objetos reconfigurados, trabalháveis em um determinado tempo e espaço. Ao reconfigurarem o objeto, os laboratórios os reinserem em novos regimes temporais e territoriais e, nesse procedimento, acabam por trabalhar sobre si mesmos.



Diante dos aspectos observados acima, a retomada da discussão teórica, dentro da CI, tem como objetivo abarcar outras funções desses lugares, como as de compensação simbólica das vítimas, a mediação com os usuários, as atividades de pesquisa e a ressignificação por meio de atividades culturais.

3 MEMÓRIA E DISPOSITIVOS INFORMACIONAIS

Um dispositivo foi tratado como uma espécie de formação social, cuja função essencial, em determinado momento histórico, é a de responder a uma urgência ou a uma crise, em uma conjuntura específica. O dispositivo tem, portanto, função estratégica, sempre inscrita nos jogos de poder e, ao mesmo tempo, ligada aos limites do saber (FOUCAULT, 1972).

A discussão do conceito de lugares de memória política das ditaduras latino-americanas pode ser permeada pela noção de dispositivo, tal como definido por Agamben (2009):

- a) um conjunto heterogêneo, linguístico e não-linguístico, que inclui virtualmente qualquer coisa no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas, etc. O dispositivo, em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos.
- b) O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre numa relação de poder.
- c) Como tal, resulta do cruzamento de relações de poder e de saber. (AGAMBEN, 2009, p. 29)

Nesse sentido, Agamben (2009) retrata a ampla classe de dispositivos como qualquer coisa que tenha, de algum modo, a capacidade de orientar as condutas e as opiniões das pessoas. Dessa forma, assim como a memória e os lugares, os dispositivos são suscetíveis às ambiguidades dos usos e abusos. A memória quando concebida de modo fetichizado, enquanto produto da indústria cultural, perde sua força positiva e libertadora. Igualmente, os dispositivos, ao se tornarem instrumentos de glorificação, desprovidos de crítica, operam apenas como uma “máquina que produz subjetivações” (AGAMBEN, 2009, p. 46).

Os lugares de memória política institucionalizados após as ditaduras civis-militares latino-americanas, são, simultaneamente, vestígios materiais dos horrores do passado e laboratórios de si próprios, que estimulam o senso crítico. Os dispositivos de informação e memória, conforme Murguía (2010), possuem três elementos: seus discursos, seus agentes e



suas instituições. São, assim, instrumentos de validação que sustentam discursos e se materializam em objetos ou instituições inscritas nas relações de poder, como os arquivos, as bibliotecas e os museus.

Mas, quando um lugar de memória se torna um dispositivo de informação? No presente trabalho, objetivou-se estabelecer uma primeira aproximação do tema e estimular debates. A reflexão sobre os lugares de memória das ditaduras civis-militares latino-americanas, permite notar um percurso de constituição e consolidação, por meio de políticas públicas, inscritas nas medidas de Justiça de Transição. Essa perspectiva de análise pode fornecer os primeiros elementos de resposta para a questão.

De um modo geral, esses lugares, socialmente marcados, serviam a outros propósitos que não a construção da memória. Porém, após os eventos traumáticos, foram reivindicados pela sociedade civil organizada em meio as batalhas pela memória (JELIN, 2002). Uma vez exitosamente recuperados, aqueles que não se perderam nos processos de esquecimento, passaram pelo processo de oficialização e, posteriormente, institucionalização. A oficialização significa reconhecimento público da importância histórica e coletiva de um lugar, sua patrimonialização e, conseqüentemente, proteção legal ao bem. A institucionalização, por sua vez, significa a criação de um equipamento voltado para o trabalho sobre a memória coletiva. Assim, esses lugares acabam se tornando, muitas vezes, serviços de informação institucionalizados, que podem alterar o entendimento das pessoas sobre os períodos ditatoriais na América Latina.

A memória coletiva é objetiva, pois, aparece mais comumente na forma de algo concreto (MENESES, 1992). Em nível empírico, o documento é um suporte de informação e instrumento de prova intencionalmente institucionalizado (BRIET, 1951). Qualquer objeto pode funcionar como documento histórico, pois pode fornecer informações. Os objetos são vetores materiais de fenômenos sociais e, embora não representem ou encerrem relações, processos ou dinâmicas por si próprios, mas, ao serem institucionalizados, orientam a percepção desses fenômenos (MENESES, 1992).

Como explicita Jacques Le Goff (2013), a memória é um fenômeno que se liga à vida social por meio da acumulação e conservação de diversos tipos de documentos/monumentos. O monumento é herança do passado, é tudo aquilo que pode evocá-lo e tem como característica ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades



históricas. Já o documento refere-se à escolha, cujo significado amplamente difundido é o de prova material e, portanto, deve ser submetido à crítica. Em suma, o monumento pode ser configurado como documento passível de ser submetido aos procedimentos analíticos e descritivos próprios da Ciência da informação.

Os lugares de memória política podem ser analisados, portanto, como “objetos informativos”, conforme denomina Buckland (1991). Esses objetos, como os prédios históricos, não estão disponíveis para serem coletados, armazenados e acessados. Mas, a representação documental desses lugares de memória pode ser inscrita em uma coleção virtual.

Outro fator que favorece essa possibilidade é a tangibilidade dos lugares de memória (BUCKLAND, 1991). São suportes materiais de informação e memória, podem ser processados (documentados). Para Buckland (1991) a informação, no contexto da Ciência da Informação, é a representação de objetos tangíveis ou passíveis de processamento. Logo, a informação deve ser vista como uma evidência, que alguma coisa que ao ser encontrada e adequadamente compreendida, pode alterar o conhecimento de alguém, alterar as suas convicções em relação a fatos específicos. De fato, essa é a razão de existir dos lugares de memória política, como anteriormente mencionado. Esses lugares, na qualidade de documentos, são reconhecidos como tais por sua materialidade e possibilidade de processamento informacional (BUCKLAND, 1997).

Para Bernd Frohmann (2008), a partir de Foucault (1972), a materialidade do documento é o fio condutor que o conecta às práticas sociais e públicas realizadas em contextos políticos, econômicos, sociais e culturais, o que possibilita ampliar a análise do objeto material, sua constituição e implicações sociais.

Uma dessas implicações, que determina o lugar de memória, é “parar o tempo” (NORA, 1993, p. 22). Os lugares são brechas, intervalos, pausas, onde o tempo parece desorientado (HARTOG, 2013). Logo, contra o esquecimento (NORA, 1993), os lugares podem ser tratados como veículos de memória, pois as marcas territoriais não são mais do que suportes cheios de ambiguidades, abertos ao trabalho subjetivo e à ação coletiva, política e simbólica (JELIN; LANGLAND, 2003).

Dessa forma, para analisar os lugares de memória como dispositivos de informação é necessário aproximar os conceitos de memória e informação (DODEBEI, 2010). O ato de



memorizar necessita de algo para se consumir e esse algo é a informação, a qual se inscreve, se materializa, em diversos tipos de suportes. A informação está associada à ideia de registro, processo indissociável de sua produção, organização (representação) e uso, é um produto humano e social, que se instrumentaliza pela sua materialidade (RIBEIRO, 2019), tal como ocorre com a memória coletiva nos lugares.

A conversão de informação em conhecimento, por sua vez, implica, necessariamente, um processo prévio de análise, uma sequência de operações intelectuais que envolvem: descrição, classificação, codificação, datação, mensuração, teste, narração e teorização (BURKE, 2012). Por analogia, a memória tratada como informação é inscrita, cristalizada, materializada e, uma vez inscrita, é trabalhada, construída, significada, disseminada, e mesmo ritualizada nos lugares de memória política. Esses lugares, por documentar os testemunhos das vítimas, são hoje os principais suportes materiais de memória e informação dos períodos ditatoriais, bem como provas irrefutáveis da existência dos Terrorismos de Estado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da discussão conceitual acima, conclui-se que os lugares de memória política das ditaduras civis-militares latino-americanas podem ser entendidos como dispositivos de informação nascidos nas disputas sociais pela memória coletiva. Esses lugares podem ser classificados e representados como documentos, organizados em uma coleção virtual. Assim, se constituem em objetos digitais inscritos em uma base de dados, com estrutura interoperável de metadados. É esta a etapa de trabalho à qual estamos dedicados atualmente. A base de dados está em processo de planejamento: será desenvolvida em um software de repositório de código aberto, as informações serão inscritas em uma estrutura de metadados especificamente criada para representar informações sobre lugares de memória e será abrigada em uma plataforma de uma instituição pública voltada para a difusão de conhecimentos.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó/SC: Argos, 2009.

ALLIER-MONTAÑO, Eugenia. Places of memory. Is the concept applicable to the analysis of memorial struggles? The case of Uruguay and its recent past. **Cuaderno CLAEH**, v. 4, nov. 2008.



BRIET, Suzanne. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Técnicas, 1951.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

BUCKLAND, M. K. What Is a "Document"? **Journal of the American Society for Information**, North Carolina, v. 48, n. 9, p. 804-809, set. 1997.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento II: da Enciclopédia a Wikipédia**. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 2012.

CATELA, Ludmila da Silva. **Situação-limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina**. São Paulo: Hucitec/ Anpocs, 2001.

CETINA, Karin K. **How the sciences make knowledge**. London/Cambridge: Harvard University Press, 1999.

DODEBEI, Vera. Memória e informação: interações no campo da pesquisa. *In*: MURGUIA, Eduardo Ismael. **Memória: um lugar de diálogo para Arquivos, Bibliotecas e Museus**. São Carlos: Compacta Editora, 2010.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, M. S. L., MARTELETO, R. M., LARA, M. L. G. de. **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica Ed.; Marília: Fundepe Ed., 2008. p. 17-34.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Petrópolis: Editora Vozes, 1972.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HOFFMAN, F. E.; FROTA, M.G. Museus e justiça de transição no contexto brasileiro: memória e informação na construção de espaços de representação do trauma. **Em Questão**. Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 278-299, maio/ago. 2019 doi: <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245252.278-299>

JELIN, Elizabeth; LANGLAND, Victoria. **Monumentos, memoriales y marcas territoriales**. Madrid: Siglo XXI, 2003.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

KOBASHI, Nair Yumiko. **Exomemórias**. Tese de livre docência - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.



LATOUR, B. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. *In*: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (orgs.). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 21-44.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

MENESES, Ulpiano. A História, Cativa da Memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 9-23, 31 dez. 1992.

MURGUIA, Eduardo Ismael. **Memória: um lugar de diálogo para Arquivos, Bibliotecas e Museus**. São Carlos: Compacta Editora, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. Os historiadores na “batalha da memória”: resistência e transição democrática no Brasil. *In*: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (orgs.). **História e memória das ditaduras do século XX**. vol. 1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Trad. Yara Aun Khoury. Proj. História, São Paulo, (10), dez. 1993.

RIBEIRO, Fernanda. Memória, informação e Ciência da Informação. *In*: OLIVEIRA, Eliane; RODRIGUES, Georgete. **Memória: interfaces no campo da informação**. Brasília: Editora UNB, 2019.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

THIESEN, Icléia, *et al.* Ciência da informação, história e política. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 12, n. 2, p. 360-378, 2017.

THIESEN, Icléia (Org.). **Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na ditadura de 1964**. Rio de Janeiro : 7Letras, 2014.

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993.

WINN, Peter (ed.). **No hay mañana sin ayer: batallas por la memoria histórica en el Cono Sur**. Santiago: LOM Ediciones, 2014.